

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXPANSÃO DAS POSSIBILIDADES DE ENSINO FORMAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DÉCADA DE 1930

MAGALHÃES, Elisa Gomes – UFSCar¹
elisagmagalhaes@gmail.com

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Esta pesquisa resulta do projeto de pesquisa “Formação de Professores no Brasil: um breve histórico”, no qual foram desenvolvidas algumas análises de estudos referentes ao período histórico de 1930. O contexto em questão reflete uma época pós-revolucionária em que as mudanças sociais, políticas, culturais e ideológicas permearam principalmente a esfera educacional, ocasionando em transformações significativas nas instituições escolares e na formação do corpo docente que passa a ser capacitado nas chamadas Escolas Normais. O Manifesto dos Pioneiros é proveniente da reordenação política do período e trouxe um novo olhar da sociedade para a educação surgindo a necessidade de se educar as massas. A escola recebia uma nova clientela e precisava se adequar. Tais adequações refletiam-se tanto na estrutura das escolas, pois as mesmas deveriam acolher mais alunos, quanto na própria estruturação do currículo escolar, que recebe influência do Movimento escolanovista. Dessa maneira, a referida pesquisa teve como objetivos vislumbrar o período da década de 30, no âmbito educacional, no intuito de compreender a importância das relações educativas desenvolvidas nessa época. Buscou-se realizar uma breve análise bibliográfica e discussão de alguns teóricos atuais acerca da divulgação do Manifesto dos Pioneiros, das implicações da Escola Nova e como tais articulações se configuram na formação do Magistério. Contudo, ao término dessa pesquisa foi possível perceber a ausência de estudos mais aprofundados que fazem referência à década de 30 e também na divulgação de pesquisas científicas sobre esse período, com vistas à ampliação de conhecimentos para a área de pesquisa da História da Formação de Professores.

Palavras-chave: História da Formação de Professores; Expansão do Ensino Formal; Década de 1930.

¹ Professora de Educação Básica I da Rede Municipal, mestranda na área Processos de Ensino e Aprendizagem – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos.

Introdução

Nossa discussão, que se exprime no texto a seguir é resultado do projeto de pesquisa “*Formação de Professores no Brasil: um breve histórico*”, desenvolvido durante o ano de 2007 no intuito de ampliar a discussão sobre o histórico da formação de professores no Brasil. Nesse sentido, as questões que são discutidas aqui refletem o processo de construção de um saber sistematizado que nos permite abordar alguns itens que foram objetos de análise do referido projeto.

Iniciam-se as reflexões a partir de uma concepção de escola e de seu processo de formalização diante do novo contexto social que emerge com a ascensão da burguesia. Cabe assim salientar uma formatação reconhecida por alguns autores como nos apresenta José Carlos Libâneo (2003, p. 170): “A escola, em sua forma atual, surgiu com o nascimento da sociedade industrial e com a constituição do Estado nacional, para suplantare a educação que ocorria na família e na Igreja. Ganhou corpo com base na crença do progresso, sendo beneficiária da educação dos homens e da ampliação da cultura .”

Com o advento da Industrialização, o sistema educacional passou a ser repensado no sentido de viabilizar as exigências vindouras de uma mudança de pensamento trazida pela ideologia capitalista. Passou-se a exigir uma nova formação de recursos humanos para atender a demanda de profissionais que a sociedade econômica necessitava. Profissionais estes provenientes das classes menos abastadas que formariam a classe trabalhadora instruída do país. Assim, a escola precisou ajustar-se a esses moldes e colocar mão-de-obra capacitada no mercado de trabalho. Deste modo, “Como a vigência de tal modelo propôs mudanças estruturais profundas na escola, as exigências educacionais foram pronunciadamente exigências relacionadas com o ensino e, muito raramente, com a pesquisa.” (ROMANELLI, 1978, p. 59).

Como afirma Romanelli (1978), em meados do século XIX, países mais desenvolvidos já pensavam e cuidavam da implementação da escola pública, básica, universal e gratuita, o que caracterizou esse século como uma ação do Estado enquanto educador.

Entretanto, a Revolução de 1930 representou o surgimento de novos requisitos educacionais, isto porque a necessidade de instrução do povo que antes não era percebida passa agora a fazer sentido diante das novas aspirações sociais:

A Revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder das velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. (ROMANELLI, 1978, p. 60)

A disseminação crescente do capitalismo trouxe consigo a luta de classes e por conseqüência afetou a expansão escolar no sentido de confrontar características opostas como a pressão social para a democratização do ensino e o poder e o controle que a elite ainda mantinha nesse campo, procurando de todas as formas conter essa pressão exercida pela população e sustentar o caráter “elitizante” da educação. A partir disso, a educação implementada soou um tanto improvisada visto que, o Estado agiu às pressas visando acalmar a população. Apesar do crescimento das oportunidades educacionais, nem a qualidade e nem quantidade (pois a oferta de vagas foi insuficiente) foram satisfatórias:

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educara as elites e essa expansão obedecendo [...] às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio superior. Assumindo a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática. (ROMANELLI, 1978, p. 61)

Contudo, as mudanças efetivas que deveriam ter acontecido nos anos 30 foram parciais e desiguais, e refletiam as deficiências estruturais resultantes da expansão do ensino e até mesmo uma discriminação social, posto que a educação ainda mantinha o discurso dissimulado de uma manutenção do *status* das elites brasileiras.

Por conseguinte, nos colocamos a discutir as questões que permearam a década de 30, objeto de nosso estudo. Nesse sentido, abordaremos assuntos como o Manifesto dos Pioneiros, a implementação da Escola Nova e a Formação de Professores no que tange esses temas.

Desenvolvimento:

O “Manifesto dos Pioneiros” e as propostas de mudanças educativas

Sobre o Manifesto dos Pioneiros, cabe ressaltar a sua contribuição para o quadro educacional em vias de formalizar a educação brasileira. Destaca-se também a sua bagagem política e ideologia no contexto social vigente. Pode-se perceber o caráter de reivindicação desse documento, como nos apresenta Pagni (2000, p. 56):

Durante a segunda metade dos anos 1920 e, principalmente, no início de 1930, os intelectuais e educadores católicos tiveram um papel importante junto ao governo e na determinação da política pública para o setor educacional. Eles reivindicaram que o Estado contemplasse as suas propostas e intervisse apenas parcialmente em prol da educação pública. Acreditaram que, em parceria com o Estado, poderiam realizar o seu projeto político e pedagógico, contrapondo-se à “mentalidade moderna” e ao projeto dos “reformadores liberais” – sem contar que muitos deles acabaram participando de organizações integralistas. Desse modo, tanto quanto os “reformadores liberais”, esses intelectuais estariam preocupados com a formação da nacionalidade por intermédio da educação popular, mantendo-se na posição de “elites”, condutoras desse processo, e empreendendo gestões junto ao Estado a fim de obter o controle das políticas públicas sobre o setor. Além do mais, eles viam no fortalecimento do Estado um modo de exercer um maior controle sobre a população e, principalmente, sobre a difusão de doutrinas “anti-cristãs” entre as “massas” [...] que ameaçassem a formação de uma nação coesa sobre a base da religião católica.

De acordo com esse autor, o documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” (1932) foi lançado em decorrência de um processo de reordenação política proveniente da Revolução de 1930. Tornou-se o marco do projeto de revigoramento educacional brasileiro, no qual podia constatar toda a desorganização do sistema escolar vigente.

O Manifesto confirmava o pensamento de uma parte da elite intelectual que conjeturava uma intervenção na organização da educação brasileira. Foi escrito por Fernando de Azevedo, mas contou com a assinatura de outros pensadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho. A proposta que versava sobre o documento era que o Estado organizasse um plano global da educação, tratando-a como um problema social defendendo assim, a escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. A Igreja Católica, no entanto, disputava o poder com o movimento de reforma às vistas de uma concorrência para educar a população em oposição ao Estado, e também detinha as rédeas de uma parcela significativa de escolas privadas.

A Escola Nova lançou por meio do documento a proposta de um ensino integral, visando um ensino mais humano, para todos os grupos sociais, em busca do desenvolvimento das capacidades e de novos métodos de ensino, características estas tidas como “modernas” em detrimento das práticas “tradicionais” até então realizadas. Assim:

O próprio documento é enfático, ao assinalar que não se trata de um plano, mas de sua linha gerais. Tomando-o neste sentido, pode-se afirmar que é um plano avançado para a sua época. E a realidade educacional brasileira de então, e isso porque propõe algumas providências realmente importantes, tais como a unificação do sistema e sua reestruturação de forma que organize a educação profissional de níveis médios e superior e, ainda, a formação universitária para os professores de todos os níveis. (ROMANELLI, 1978, p.150)

O Manifesto marca, dessa maneira, as mudanças no pensamento de um grupo de educadores que vislumbram uma educação de qualidade, buscando superar o déficit oriundo da expansão do ensino que não conseguiu adequar o sistema à nova clientela. Desta maneira, e:

Graças à atuação dos profissionais da educação, mediante publicações, conferências, cursos, debates e inquéritos, divulgavam-se idéias da escola renovada e formava-se uma nova consciência educacional, relativa ao papel do Estado na educação, à necessidade de expansão da escola pública, ao direito de todos à educação, tendo em vista seu alcance político e social, à importância da racionalização da administração escolar, à necessidade de implantação de uma política nacional de educação. O movimento da Escola Nova continuava a centrar-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino: não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento e à individualidade das crianças; inversão dos papéis do professor e do aluno, ou seja, educação como resultado das experiências e atividades deste, sob o acompanhamento do professor; ensino ativo em oposição a um criticado “verbalismo” da escola tradicional. (TANURI, 2000, p.72).

Contudo, “[...] a prática educacional continuou a representar o predomínio das velhas concepções”. (idem, p.151). Assim, a questão da inserção da Escola Nova atua como um processo inovador, entretanto, sua aplicabilidade não se efetiva da maneira almejada.

A formação de professores neste contexto

Diante das mudanças ocorridas nesse período, tendemos a questionar como se estabeleceram as implementações da formação dos educadores frente ao desafio de educar quem nunca antes tinha recebido uma educação formal. O currículo precisava ser revisto, porém, mesmo com o aumento do atendimento escolar a forma de trabalho não se alterou:

O sistema escolar se expande, passa a atender um número maior, mas não possui nenhuma preocupação com os meios, que são preservados e cristalizados. É interessante destacar que a crítica aos meios só se torna possível porque um conhecimento maior sobre a criança se apresentou como resultado de investigações científicas. (Hora, 2007, p.3)

É também neste contexto que se passa a pensar na Ciência da Educação e suas contribuições para o momento de mudança do quadro atual das práticas educativas. Isso implicava num repensar sobre os currículos. Como nos apresenta Hora (2007, p. 6):

Quatro fatos eram característicos do que os teóricos reformadores denominavam de “ciência da educação”: a) o estudo científico da educação; b) a associação eficaz do médico e do educador; c) a colaboração da família e da escola na educação; d) a habilitação profissional do professor. O estudo da criança era o ponto de partida para o conhecimento do educando em geral, ampliado para as demais fases de desenvolvimento. Mas a história social da criança não está deslocada da história da construção do conceito moderno de indivíduo. Voltar-se para a criança é a forma mais eficiente de garantir a formação do indivíduo. Conseqüentemente, aumenta o interesse no processo de educação escolar, com a expansão do atendimento à criança – atendimento físico, psíquico e social.

Neste contexto as instituições responsáveis pela formação do professorado passam a ter maior significado diante da sociedade. Como apresenta Pimenta (2002), os cursos de formação docente para o ensino de 1º grau ocorriam por meio das chamadas “Escolas Normais”². Estes centros foram criados depois de 1833 no Brasil. Eram legislados pelo Decreto-Lei 8530/46 (Lei Orgânica do Ensino Normal) e cada estado mantinha legislação específica. Tais cursos mantinham um currículo cuja disciplina de prática do aluno-mestre, denominada “formação profissional”, visava sua atuação frente a nova educação formalizada

² Estas instituições levam essa titulação até a Lei 5692/71, passando a ser chamada “Habilitação ao Magistério”.

que se implantava, isso tanto na área urbano quanto na área rural. Contudo, como afirma Piconez (1991, p. 18), “As tendências educacionais, desde a implantação da Escola Normal até pelo menos a República, demonstraram um ensino profissional insipiente”.

É preciso destacar também que o Ensino Normal se consolida nesse período da década de 30 e é marcado pela feminização docente e também pela necessidade de se remodelar o ensino vigente, buscando formar a população que adentraria o mercado de trabalho. Sobre isso, Tanuri (2000, p. 73) acrescenta:

Todas as demais escolas normais do estado, inclusive as denominadas “livres” (ou equiparadas), ofereciam apenas o curso de formação profissional do professor, de dois anos, além do curso primário de quatro anos e do secundário fundamental, de dois. A preocupação pela remodelação do ensino continuava a se fazer presente, traduzindo-se em dispositivos diversos consagrados na legislação.

E continua:

Uma tendência importante nas décadas de 1930 e 1940 atingiu particularmente o ensino normal. Trata-se do movimento ruralista – oriundo já do final da segunda década –, com propostas e iniciativas no sentido de ajustar os currículos da escola primária e normal às peculiaridades do meio. Buscava-se utilizar a escola para reforçar os valores rurais da civilização brasileira, para criar uma consciência agrícola e assim se constituir num instrumento de fixação do homem ao campo. Com vistas à preparação de professores especializados para o magistério na zona rural, defendeu-se a criação de “escolas normais rurais”, cuja denominação expressava não apenas a localização da escola em zonas agrícolas e pastoris, mas, sobretudo o objetivo de transmitir conhecimentos de agronomia e higiene rural. (TANURI, 2000, p.74-75)

A Formação de Professores foi alvo da preocupação dos escolanovistas, em especial dos reformadores de nosso país. As mudanças foram sendo implementadas e continuaram a serem pensadas também com a entrada do Estado Novo. Tais transformações foram de fundamental importância para o sistema educacional

Considerações Finais

Por fim, considera-se, por meio do projeto desenvolvido que poucos estudos foram realizados acerca da década de 1930. Desse modo, percebe-se a importância desse tipo de análise no intuito de ampliar as discussões e pesquisas no que tange a formação docente nesse período. Assim, demonstra a necessidade de refletir e analisar documentos e práticas educativas empregadas no contexto das mudanças advindas do período pós-revolucionário e também pelas inovações do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Finalmente, acredita-se na validade desse estudo com vistas à ampliação de conhecimentos científicos, contudo sabemos que tais estudos precisam ainda aprofundar-se e também precisam ser mais divulgados e compartilhados.

REFERÊNCIAS

HORA, D.M. **Educação, Saúde, Pesquisa e Currículo na História da Formação De Professores**. Disponível em: <www.lisane.pro.br/Disciplinas/AnaSocioHistorica/Material/Artigos/UnidadeIII/Educacao_saude.pdf>. Acesso em: 21/12/2007.

LIBÂNEO, J. C. A construção da escola pública: avanços e impasses. In: **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi, São Paulo. SP, Cortez, 2003, p. 167-179.

PAGNI, P.A. **Do “Manifesto de 1932” à construção de um saber pedagógico**: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Injuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. (Coleção Fronteiras da Educação).

PICONEZ, S.C.B. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: PICONEZ, S.C.B. (coord.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PIMENTA, S.G. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?**. São Paulo: Cortez, 2002, 5ª ed.

TANURI, L.M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação** (Universidade do Estado de São Paulo USP) São Paulo: Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14, p. 61-88. (online).

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.